



MPC/DF

Fl.: 688
Proc.: 14423/12

Rubrica

**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

PROCESSO: 14423/2012 (4 volumes e 1 anexo)

RELATOR: Conselheiro Paulo Tadeu

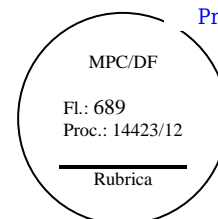
PARECER: 0163/2014-MF

EMENTA: Representação nº 3/12-MF. Possíveis irregularidades no processamento de promoções no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal sob a égide da Lei nº 12.086/09. Questionamentos acerca da aplicação de prazos de interstício reduzidos posteriormente a essa lei em face do Decreto nº 31.855/10, bem como envolvendo o instituto da agregação. Inspeção. Ciência ao Comandante-Geral do CBMDF e ao Chefe da Casa Militar, facultando-lhes oferecer defesa em relação ao, abstendo-se de praticar qualquer ato de promoção com base nesse normativo (Decisão nº 1.434/2013). Nova denúncia sobre a ocorrência de nomeações para cargos/funções em comissão, supostamente, com o fito de gerar vagas para promoções. Concessão de medida cautelar suspendendo as promoções de oficiais BM programadas para abril/2013 e determinação de nova oitiva das supraditas autoridades militares (Decisão nº 1.582/2013). Revogação do Decreto nº 31.855/10. Procedência da representação ministerial quanto à ilegalidade dessa norma, autorização ao CBMDF a dar prosseguimento aos atos de promoção, sob ajustes nos quadros de acesso, e ciência à Corporação de orientação paradigma sobre matéria conexa afeta à Polícia Militar do DF no Processo nº 37050/2010 (Decisão nº 4.216/2013). Comunicação do CBMDF acerca dos ajustes promovidos. Sugestões da DIADM/SEFIPE: conhecimento, determinação ao jurisdicionado e arquivamento dos autos. Aquiescência do MP.

Originaram-se os autos da Representação nº 3/12-MF, de minha lavra, acerca de possíveis irregularidades no processamento das promoções de oficiais e praças BM realizadas sob a égide da Lei federal nº 12.086/09, que regula critérios e condições de acesso à hierarquia, mediante promoções, dos integrantes das corporações militares distritais.

2. O cerne da questão dizia respeito à aplicação do Decreto distrital nº 31.855/10¹, tanto nas promoções de dezembro/2011, quanto nas ocorridas em março/2012, mesmo com pareceres contrários da Comissão de Promoção de Oficiais e da Assessoria Jurídica do CBMDF, em face do que dispunha o art. 89 do aludido diploma legal de regência, no sentido de que as promoções de bombeiros militares seriam reguladas com base na legislação aplicável até o dia imediatamente anterior ao da publicação daquela lei, enquanto pendente de regulamentação os aspectos a que se referia, dentre os quais, o objeto do sobredito decreto. Duas outras possíveis ocorrências foram erguidas na peça ministerial,

¹ Alterou o Decreto nº 3.170/76 (com modificação implementada pelo de nº 26.691/06), bem como o de nº 10.174/87 (também alterado pelo de nº 26.364/05), reduzindo prazos de interstícios (tempo mínimo que cada militar deve cumprir no posto ou graduação para ser promovido) para o posto de Major QOBM/Comb., Compl. e Saúde (24 meses) e para as graduações de Cabo (1 ano e 4 meses) e 2º Sargento (2 anos).



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

quais sejam: (i) insuficiência de vagas para acesso de concorrentes em determinados postos, condição essa imprescindível à hipótese de redução dos prazos intersticiais, a teor do disposto no § 5º do art. 86 da Lei nº 12.086/09; e (ii) abertura de vagas fictícias às vésperas dos períodos de promoções, mediante agregações de militares, procedimento esse há muito censurado pelo TCDF, permitindo-se que um número maior de pretendentes concorresse às promoções, mesmo diante de exíguas vagas.

3. Esta e. Corte, a par dos resultados de inspeção feita pela Divisão de Atos de Admissões da Secretaria de Fiscalização de Pessoal (DIADM/SEFIPE), exarou a Decisão nº 1.434/2013 (fl. 127), determinando ao CBMDF que se abstinhasse de praticar qualquer ato de promoção dos militares com base no referido Decreto nº 31.855/10 e facultando ao Comandante-Geral da Corporação e ao Chefe da Casa Militar do DF a se manifestarem quanto às conclusões preliminares no feito acerca da ilegalidade da sobredita norma.

4. Porém, por força de expediente recebido da 2ª Promotoria de Justiça Militar do DF, em que relatava que o CBMDF estaria se utilizando de agregações indevidas, decorrentes de nomeações de oficiais em órgãos do DF, de sorte a gerar vagas fictícias com o fim de promover seus integrantes, esta representante do MPC oficiou ao nobre relator destes autos, no sentido de que fosse concedida medida cautelar para a suspensão das promoções de oficiais BM programadas para 21 de abril, até ulterior manifestação do TCDF, o que foi acolhido, a teor da Decisão nº 1.582/2013 (fl. 161), oportunidade em que se concedeu novo prazo às aludidas autoridades militares para que se pronunciassem sobre esse novo fato.

5. Fase seguinte, a par de informação do Sr. Secretário de Estado Chefe da Casa Militar sobre a revogação² do Decreto nº 31.855/10, com repristinação dos antigos dispositivos que haviam sido alterados pelo mesmo, referentes a prazos de interstícios para promoções, deliberou o e. Plenário nos seguintes termos, a teor da Decisão nº 4.216/2013 (fls. 604/605):

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – considerar procedente a Representação nº 03/2012 – MF (fls. 1/4) apenas quanto à ilegalidade do Decreto nº 31.855/10; (...) III – autorizar o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal a dar prosseguimento aos atos de promoção dos bombeiros-militares, alertando-o de que, em relação aos interstícios para promoções, até a expedição do ato regulamentador de que tratam os §§ 3º e 4º do art. 94 da Lei nº 12.086/09, aplicar-se-á a legislação existente até o dia imediatamente anterior ao da publicação da referida lei, com as exceções previstas no inciso V do art. 89 (também da Lei nº 12.086/09) e sem prejuízo do item imediatamente subsequente; IV – determinar ao CBMDF que, no prazo de 60 (sessenta) dias, juntando aos autos documentação comprobatória das medidas adotadas, promova os ajustes necessários nos quadros de acesso dos bombeiros-militares, de modo a rever o cumprimento, pelos militares que integram os respectivos quadros de acesso originalmente compostos para as promoções a serem efetuadas a partir de abril/2013, dos interstícios para tanto exigidos, desconsiderada a alteração promovida pelo Decreto nº 31.855/10; V – autorizar

² Pelo Decreto nº 34.338, de 3 de maio de 2013.



MPC/DF

Fl.: 690
Proc.: 14423/12

Rubrica

Ministério Público de Contas do Distrito Federal Gabinete da Procuradora Márcia Farias

o encaminhamento de cópia do relatório/voto do Relator ao CBMDF, para melhor compreensão das medidas reclamadas nos itens anteriores, bem como para norteá-lo quanto ao cumprimento do item VI, abaixo; VI – dar conhecimento ao CBMDF da discussão travada no Processo nº 37050/2010, que trata de irregularidades ocorridas na PMDF relativamente a promoções dos militares daquela corporação, alertando-o de que, doravante, a sua conduta para a efetivação de promoções deve pautar-se pelo entendimento lá endossado pelo Plenário, a saber: não basta que haja vagas para que ocorram as promoções, é necessário, ainda, que se respeitem os limites máximos fixados em lei para cada um dos postos/graduações, sem prejuízo da possibilidade de haver um excessivo de 5% para cada um deles por conta da excepcionalidade estabelecida no Decreto nº 3.014/75; VII – autorizar o retorno dos autos à SEFIPE, para a adoção das providências de praxe.”

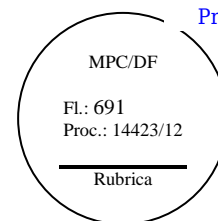
6. Nesta oportunidade, o feito retorna à apreciação no que diz respeito ao cumprimento da determinação supratranscrita e também com informações sobre os desdobramentos do Processo nº 37050/2010, que servirão de parâmetro às promoções do CBMDF, doravante.

7. A preclara unidade técnica, em percuciente exame às medidas implementadas pela Corporação, conclui *“que as informações ora trazidas (...) atendem ao quanto deliberado por esta Corte, eis que foram adotadas as providências, particularmente pela Comissão de Promoções de Oficiais do CBMDF, que culminaram com a efetiva reorganização dos Quadro de Acesso Por Antiguidade (QAA) dos oficiais da Corporação atingidos pela revogação do Decreto n.º 31855/10, razão pela qual a diligência pode ser considerada cumprida.”*

8. Sobre o outro tema, ressaltando não estar concluído, em face de recurso interposto pela PMDF, sugere *“seja determinado ao CBMDF que mantenha em acompanhamento os desdobramentos do Processo n.º 37050/10, para aplicação nas promoções de seus militares do que vier a ser decidido, relativamente à apuração de vagas para promoção provenientes de agregações em decorrência de afastamentos para o exercício de cargos comissionados, o que será objeto de verificação em futura auditoria ou inspeção, se for o caso.”*

9. Assim, ao anotar que nada mais há a ser tratado neste feito, finaliza a unidade técnica manifestando-se por que o e. Plenário conheça dos expedientes que discrimina, considere cumprida a diligência determinada pelo item IV da Decisão nº 4.216/2013, determine ao CBMDF a providência descrita no parágrafo anterior e autorize o arquivamento destes autos.

10. Vindo, assim, o feito ao Ministério Público para emissão de parecer, observe-se, por relevante, como bem evidenciado pelo corpo técnico, que a CPO/CBMDF promoveu os ajustes necessários nos quadros de acesso dos bombeiros-militares, revendo o cumprimento, pelos militares que integravam os quadros de acesso por antiguidade originalmente compostos para as promoções a serem efetuadas a partir de abril/2013, dos interstícios para tanto exigidos, desconsiderada a alteração promovida pelo Decreto nº 31.855/10, norma essa declarada ilegal, por extrapolar os ditames da Lei nº 12.086/09.



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

11. Nesse passo, exauridos os questionamentos formulados na representação exordial dos autos, opina o Ministério Público, acorde com as considerações e conclusões diligentemente esposadas pela zelosa DIADM/SEFIPE, por que o e. Plenário aquiesça às sugestões finais por ela oferecidas.

É o parecer.

Brasília, 11 de março de 2014.

**Márcia Farias
Procuradora**